

# Planalto proíbe as contratações

Medida atinge todos os órgãos das administrações direta e indireta

## PROJETOS PASSÍVEIS DE REAVALIAÇÃO ECONOMIA PREVISTA

- Cr\$ bilhões de 1985 -

PROJETOS	1985	1986	1987	1988	APÓS 1988
<b>ESTATAIS FEDERAIS</b>	<b>186,5</b>	<b>2.818,9</b>	<b>3.725,7</b>	<b>3.796,5</b>	<b>31.641,2</b>
1. 3ª Etapa do Projeto AÇOMINAS	—	898,2	983,2	695,5	277,6
2. Usinas Termonucleares de Iguape I e II	—	—	—	—	20.284,8
3. Usina Termonuclear de Angra III	46,8	744,8	985,5	1.412,8	1.740,3
4. Projeto ALCANORTE	—	459,3	401,9	182,8	—
5. Expansão e Novos Projetos da CARAÍBA METAIS	14,0	68,2	22,0	22,0	—
6. Ferrovia do Aço	—	49,9	399,2	449,0	540,0
7. Eclusa de Tucuruí Fase II	—	—	—	303,2	955,8
8. UTE Rondônia II	125,7	241,5	241,5	120,7	—
9. UHE Manso	—	86,3	148,4	82,7	—
10. UHE Coaracy Nunes	—	31,5	(54,6)	(49,5)	—
11. UHE Serra da Mesa	—	169,1	505,9	132,7	—
12. UHE Ilha Grande	—	70,1	58,0	343,0	7.842,7
13. UHE Machadinho	—	—	34,7	101,6	—
<b>EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>341,3</b>	<b>27,7</b>	<b>(72,7)</b>	<b>246,3</b>	<b>—</b>
1. UHE Candiota III (CEEE)	189,0	(199,0)	(226,3)	121,4	—
2. UHE Dona Francisca (CEEE)	—	64,3	94,3	104,7	—
3. UHE Ávila (CERON)	52,1	78,2	—	—	—
4. UHE Costa Rica	38,8	43,8	18,8	—	—
5. Sistema Magesse (CEMAT)	61,4	40,4	40,5	20,2	—
<b>TOTAL</b>	<b>527,8</b>	<b>2.846,6</b>	<b>3.653,0</b>	<b>4.042,8</b>	<b>31.641,2</b>

## COMPOSIÇÃO DO CORTE NOS INVESTIMENTOS

Cr\$ bilhões

EMPRESAS	Cortes Decorrentes da Paralisação		Redução ritmo 1985 - Demais Projetos Sugeridos SEST (B)	Total do corte em 1985 (A + B)
	1985 (A)	Após 1985		
Grupo PETROBRÁS	—	—	3.120,0	3.120,0
Grupo ELETROBRÁS	125,7	10.106,3	6.758,8	6.884,5
Grupo CVRD	—	—	1.184,5	1.184,5
ITAIPU	—	—	818,6	818,6
Grupo SIDERBRÁS	—	2.576,9	780,1	780,1
Grupo NUCLEBRÁS	46,8	25.168,2	653,3	700,1
Grupo TELEBRÁS	—	—	1.349,3	1.349,3
Grupo RFFSA	—	1.313,3	1.169,8	1.169,8
Demais Empresas Estatais Federais	14,0	2.415,2	3.237,6	3.251,6
<b>Estatais Federais</b>	<b>186,5</b>	<b>41.579,9</b>	<b>19.072,0</b>	<b>19.258,5</b>
<b>Concessionárias Estaduais</b>	<b>341,3</b>	<b>201,3</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL</b>	<b>527,8</b>	<b>41.781,2</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

As administrações direta e indireta não podem mais repor pessoal nas vagas abertas por demissão, aposentadoria ou morte. Decretos nesse sentido foram baixados ontem pelo Palácio do Planalto. O ministro de Planejamento, João Sayad, revelou que, em função da medida, o número de funcionários da administração pública será reduzido em 12 mil por ano.

A Seplan estima uma economia, na administração direta (ministérios, autarquias etc) de Cr\$ 1,7 trilhão com o congelamento da reposição de pessoal para o preenchimento de cargos ou empregos que venham a vagar por aposentadoria ou falecimento. As duas medidas envolvem um continente de dois milhões de servidores.

A nível de administração indi-

reta, que envolve basicamente as empresas estatais, o decreto não se limita ao congelamento de reposição de pessoal, pois proíbe também contratações; as promoções — salvo as de caráter automático — e a realização de despesas relativas a prestação de Serviços de terceiros em montante superior ao realizado no ano anterior, corrigido pela variação média do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Sobre o impacto no nível de emprego da redução dos níveis de custeio e investimentos das empresas públicas, o ministro-chefe da Seplan observou que a manutenção de emprego não pode ser justificativa para a manutenção de projetos que não são rentáveis.